

Artigos

Produtores rurais cooperados: conhecimentos contábil e fiscal e as fontes de assessoramento contábil

Cooperative rural producers: accounting and fiscal knowledges and the sources of accounting assistance

Lizana Ilha da Silva^I , Cristiane Krüger^{II} 

^I Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil

^{II} Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, Brasil

RESUMO

Este estudo analisa a associação entre a utilização do profissional contábil ou de outras fontes de assessoramento diante dos conhecimentos contábil e fiscal de produtores rurais cooperados. Para atingir esse objetivo adotou-se uma metodologia quantitativa, descritiva e de levantamento. A coleta de dados contemplou um questionário aplicado a 55 produtores rurais gaúchos associados de cooperativas rurais. Os dados foram analisados por meio de estatística descritiva e correlação. Os resultados apontam que para assuntos fiscais, contábeis ou financeiros os produtores utilizam, de modo geral, o sindicato que participam seguido do profissional contábil, evidenciando oportunidade de atuação para as cooperativas. Auferiram-se associações significativas positivas entre os conhecimentos contábil e fiscal e entre a utilização do profissional contábil. Para as associações com o perfil evidenciaram-se associações significativas entre escolaridade e conhecimentos contábeis, fiscal, utilização do profissional contábil e preparação para nota fiscal eletrônica.

Palavras-chave: Cooperativismo, Contabilidade Rural, Agronegócio

ABSTRACT

This study aims to analyze the association between the use of the accounting professional or other sources of advice in view of the accounting and tax knowledge of cooperative rural producers. To achieve this objective, a quantitative, descriptive, and survey methodology was adopted. The data collection included a questionnaire applied to 55 rural producers in the Rio Grande do Sul associated with rural cooperatives. The data were analyzed using descriptive statistics and correlation. The results show that for fiscal, accounting, or financial matters, producers use, in general, the union they participate in,

followed by the accounting professional, showing the opportunity for cooperatives to act. Significant positive associations were found between accounting and tax knowledge and between the use of the accounting profession. For associations with the profile, significant associations were found between education and accounting, tax knowledge, use of the accounting professional, and preparation for the electronic invoice.

keywords: Cooperatives, Rural Accounting, Agribusiness

1 INTRODUÇÃO

A globalização impôs mudanças em todos os setores da sociedade e em função disso não há mais como manter um formato, seja de negócio ou não, sem considerar essas transformações sociais, econômicas, políticas e culturais (ENGEL; ALMEIDA; DEPONTI, 2017). Diante desse contexto de transformações, para esses autores, os pequenos e médios produtores rurais vêm se readaptando, tendo no cooperativismo uma possível estratégia de sobrevivência e de crescimento. Silva (2016) aponta que o cooperativismo contribui para o desenvolvimento territorial e das unidades de produção, seja na comercialização, na organização dos produtores em relação aos seus produtos e na possibilidade de troca de conhecimento e saberes, por meio de diálogos entre os produtores e a equipe técnica vinculada à cooperativa.

No Brasil, o rural foi porta de entrada para o cooperativismo como doutrina organizativa das atividades econômicas (MELO; SCOPINHO, 2018). Os autores afirmam que o cooperativismo se tornou uma fórmula organizativa muito difundida, entendido como instrumento de desenvolvimento econômico e social, como objeto de regulamentação legal. Nesse sentido, o cooperativismo rural, para Ghidini e Maciel (2017), está presente em todo Brasil, visando a interação entre uma cooperativa e um grupo de associados e, a maioria dessas cooperativas tem como principais associados os pequenos e médios produtores. Para esses autores, o Brasil vem se desenvolvendo no ramo do cooperativismo rural, pois prima pelo desenvolvimento da agricultura no país, sendo a cooperativa a saída para os produtores rurais que, por vezes, não têm onde comercializar seus produtos.

As cooperativas são organizações empresariais de propriedade comum, baseadas em princípios doutrinários (associacionistas) e ideais (igualdade,

solidariedade, fraternidade e liberdade) que visam estabelecer eficientemente os seus associados no mercado, além de proporcionar bem-estar social aliado ao desenvolvimento econômico (BIALOSKORSKI, 2012). O setor cooperativo é importante para a sociedade, na medida em que promove a aplicação de recursos privados e assume os correspondentes riscos em favor da própria comunidade na qual se desenvolve (JACQUES; GONCALVES, 2016). Neste sentido, Pereira (2020) ressalta a importância que a contabilidade possui para essas organizações, tendo em vista que suas informações auxiliam na tomada de decisões, assim como na resolução de problemas. Nas cooperativas a contabilidade deve buscar além das demonstrações contábeis, as demonstrações do resultado das atividades sociais, para que se aproxime cada vez mais do seu objetivo, que é o de trabalhar para o crescimento social dos seus cooperados (LIMA, 2005).

Zanchet e Francischetti Jr. (2006) afirmam que, a competitividade que, no passado era assunto restrito as áreas do comércio e indústria, atravessou a fronteira do agronegócio e bate a porta dos produtores rurais, independentemente das atividades que desenvolvem e de seu tamanho. Deste modo, o que antes não era preocupação nesse setor, passou a integrar o rol de desafios que se apresentam, exigindo desses produtores aperfeiçoamento em relação às técnicas que auxiliam na otimização de custos de produção, no aumento da produtividade e na manutenção de sua margem de lucro (ZANCHET; FRANCISCHETTI JUNIOR, 2006).

Diante desse ambiente cada vez mais dinâmico e turbulento, onde o produtor rural necessita de conhecimento e agilidade na busca de competitividade e até mesmo de sobrevivência, o processo de tomada de decisão reveste-se de importância (DUTRA; MACHADO; RATHMANN, 2008). Para esses autores, os produtores rurais enfrentam diariamente a difícil tarefa de identificar as informações relevantes, analisa-las e avaliar os possíveis impactos da tomada de decisão para a unidade de produção, levando-se em consideração as características particulares. Assim, observa-se que os produtores rurais de pequenas e médias propriedades possuem a liberdade de optar pelo

assessoramento de profissionais da área contábil ou buscar outras fontes de apoio à gestão, como por exemplo, as cooperativas.

Diante disso, questiona-se: como a utilização do profissional contábil ou de outras fontes de assessoramento está associada aos conhecimentos contábil e fiscal dos produtores rurais cooperados? Para tanto, este estudo buscou analisar a associação entre a utilização do profissional contábil ou de outras fontes de assessoramento diante dos conhecimentos contábil e fiscal de produtores rurais cooperados. Como forma de alcançar o objetivo apresentado, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: I. apresentar o perfil dos produtores rurais pesquisados; II. verificar os conhecimentos contábil e fiscal dos produtores rurais cooperados; III. identificar a utilização dos serviços do profissional contábil e de outras fontes de assessoramento pelos produtores rurais; e, IV. Associar conhecimentos contábil e fiscal e a preparação e apoio para a Nota Fiscal Eletrônica (NFE) com as fontes de assessoramento.

O presente estudo é motivado por investigar a atuação do profissional contábil e de outras fontes de assessoramento, como as cooperativas, no meio rural, uma vez que os agricultores, na sua maioria, não se utilizam de assessoria contábil (AMBRÓS et al., 2019), o que justifica esta pesquisa. Complementarmente, entende-se que as informações originadas pelos profissionais contábeis afetam a gestão do setor agrícola e das cooperativas como um todo e, podem contribuir para ampliação das atividades e incrementos nos resultados financeiros, o que corrobora a realização deste estudo junto a produtores rurais cooperados (AMBRÓS et al., 2019).

Cabe destacar que, conforme Pereira (2020), para as sociedades cooperativas a contabilidade se torna presente como um diferencial que contribui para o crescimento e estruturação de suas unidades, além de servir como apoio aos seus cooperados, motivando este estudo. Ainda, Dias et al. (2019) afirmam que a contabilidade, especificamente a rural, permite que o produtor rural tenha controle e consiga avaliar os recursos necessários para a manutenção da atividade, tornando-se ferramenta de apoio, planejamento e controle para a gestão, o que também reforça esta pesquisa.

No intuito de responder o problema estabelecido este artigo é dividido em seções. Inicialmente, na introdução, apresentou-se a delimitação do tema, problema de pesquisa, objetivos, geral e específicos, e a justificativa. Com base nisso, a próxima seção contempla o referencial teórico que aborda conteúdos basilares para compreensão da temática pesquisada, como o cooperativismo e a contabilidade no agronegócio. Posteriormente, apresenta-se a metodologia do estudo, que descreve o enquadramento científico, bem como, detalha a coleta e análise dos dados. Em seguida, a quarta seção refere-se à análise e discussão dos resultados. Por fim, a última seção corresponde à conclusão que resgata os objetivos estabelecidos e apresenta os resultados auferidos, ainda, descreve contribuições, limitações e sugestões para estudos futuros.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Cooperativismo e contabilidade no agronegócio

O cooperativismo teve seu início em 1844, na época da revolução industrial na Inglaterra, quando um grupo de 28 trabalhadores do setor têxtil passou por momentos difíceis devido às péssimas condições de trabalho, foi este momento de crise e dificuldades que culminou com a fundação da primeira cooperativa (MAFFIOLETTI, 2015). Esses tecelões, chamados “Pioneiros de Rochdale”, preocupados com a escassez de recursos e as dificuldades dos trabalhadores após a crise da revolução industrial, uniram-se em favor dos menos favorecidos, pois tinham por vontade a cooperação e ajuda mútua (HIPPLER; SPAREMBERGER, 2018).

Historicamente as cooperativas se configuram como arranjos coletivos que detêm atuação direta nas necessidades dos seus associados (FERREIRA; ARBAGE, 2016). Para Hippler e Sparemberger (2018, p. 4) o cooperativismo “é a doutrina que preconiza a colaboração e a associação de pessoas ou grupos com os mesmos interesses, a fim de obter vantagens comuns em suas atividades econômicas”.

Com o passar do tempo, as cooperativas foram agrupadas de acordo com o ramo de atuação, atualmente são sete ramos: agropecuário (agronegócio/rural), consumo, crédito, infraestrutura, saúde, trabalho, produção de bens e serviços, e transporte (OCB, 2020). Entende-se por agronegócio como sendo as operações utilizadas na produção de produtos agrícolas e pecuários, levando em conta o início “dentro da porteira” até o final “fora da porteira”, envolvendo os processos de produção, armazenamento, processamento (fase industrial), comercialização e a distribuição para consumidor final (FONSECA et al., 2015).

O meio rural foi a porta de entrada para o cooperativismo no Brasil (MELO; SCOPINHO, 2018). Nesse meio, Engel, Almeida e Deponti (2017) consideram que os pequenos e médios produtores se apresentam como importantes geradores de riqueza pois, além de produzir os alimentos, representam também atores sociais de relevância. Esses autores afirmam que os pequenos e médios produtores rurais têm se readaptado aos novos formatos impostos pelas mudanças sociais, tendo no cooperativismo uma estratégia de sobrevivência e de crescimento.

De maneira geral, os agricultores unem-se em formato de cooperativas rurais para enfrentarem os mercados e discutirem comercialmente preços e novas oportunidades (ENGEL; ALMEIDA; DEPONTI, 2017). O cooperativismo agrícola ou rural é definido por Costa (2010, np) como sendo, “organizações econômicas de propriedade coletiva, criadas pelos produtores rurais para fazer frente às falhas de mercado”. O Brasil vem se desenvolvendo no ramo do cooperativismo rural, pois este tem como principal objetivo o desenvolvimento da agricultura e representa uma saída competitiva para os produtores rurais (GHIDINI; MACIEL, 2017).

Segundo a OCB (2020), o cooperativismo contribui ativamente para o desenvolvimento do agronegócio e da economia brasileira. Andrade (2019) chama atenção para o fato de que, em um formato de cooperativa, os cooperados cumprem as funções de donos e de usuários, buscando competitividade no mercado. Em meio a isso, insere-se a contabilidade, que é uma prática real que todas as organizações utilizam, é ela que fornece uma visão geral da estrutura econômica e financeira da

empresa, para as sociedades cooperativas seu envolvimento se torna presente como um diferencial que contribui para o crescimento e estruturação de suas unidades (PEREIRA, 2020).

Nesse sentido, Bagoiu (2007) destaca que a contabilidade é importante em qualquer ramo de atividade, em qualquer entidade, pois possibilita a melhor informação e interpretação dos dados produzidos pelas operações realizadas no cotidiano das sociedades. E, a contabilidade rural vem ganhando espaço nesse cenário, apesar de ainda não ser muito utilizada (AMBRÓS et al., 2019). Com o crescimento da economia e o avanço do agronegócio no Brasil, cada vez mais tem se percebido a necessidade de se utilizar a contabilidade para melhorar a administração dos empreendimentos rurais (FONSECA et al., 2015).

A contabilidade rural, afirmam Kruger, Mazzioni e Boettcher (2009), deve ser vista como uma ferramenta de apoio, planejamento e controle para a tomada de decisões relacionadas a gestão das atividades do meio rural. Os autores apontam que, a contabilidade configura-se como um diferencial, não somente pela importância relacionada ao controle e planejamento das atividades, mas também pelos benefícios das informações geradas para a tomada de decisões e a gestão sobre as receitas, os custos e as despesas de cada atividade desenvolvida ou de cada unidade produtiva.

Nesse contexto, estudos apontam que para a gestão de um agronegócio é relevante o uso da contabilidade, pois é por meio de informações fornecidas pela mesma que se é capaz de tomar decisões coerentes no processo decisório e no planejamento do contexto da empresa rural, melhorando as empresas rurais e suas atividades (FONSECA et al., 2015).

As informações que a contabilidade pode fornecer ao produtor rural, ou melhor dizendo, empresário rural, são relevantes, pois podem evidenciar necessidades da empresa, dando uma base mais sólida para a administração da mesma (FONSECA et al., 2015). Para esses autores o mercado do agronegócio sofre muitas mudanças durante o ano, pois depende de diferentes fatores como clima, preço e produção, é

nesse aspecto que a contabilidade rural pode ajudar, contribuindo para que essas mudanças não provoquem prejuízos ao produtor.

Dessa forma, Crepaldi (2019, p. 90), descreve que “o objetivo da Contabilidade Rural tem sido o patrimônio e seu uso, a determinação do lucro e o controle do patrimônio”. Já, quanto à finalidade, essa especialidade da contabilidade busca orientar as atividades agrícolas e pecuárias, controlar as transações financeiras, auxiliar as projeções de fluxos de caixa e necessidades de crédito, medir o desempenho econômico-financeiro da empresa rural e de cada atividade e apoiar a tomada de decisões (CREPALDI, 2019). Diante disso, a seguir apresentam-se estudos semelhantes a presente pesquisa.

2.2 Estudos assemelhados

No Quadro 1 apresentam-se alguns estudos assemelhados à temática estudada, que suportam as posteriores análises e discussões dos resultados.

Quadro 1 – Estudo assemelhados

Título/Autor(es)/Ano	Objetivo	Amostra	Metodologia	Resultados
“Demanda não obrigatória pelo profissional contábil: uma análise no ambiente dos produtores rurais” de Ambrós et al. (2019)	Identificar quais fontes de assessoramento contábil estão relacionadas à demanda dos produtores rurais.	91 agricultores do município de Jaguari (RS).	Abordagem quantitativa, utilizou a estratégia de survey, com o uso de questionário.	Os resultados apresentados demonstram que os agricultores não se utilizam de assessoria contábil nas rotinas das suas atividades e ainda não estão preparados para o evento da NFe.
“Perspectivas de agricultores familiares para a permanência na atividade rural” de Fischer, Marini e Filippim (2016)	Identificar as perspectivas de permanência na atividade rural de agricultores familiares.	150 agricultores familiares dos municípios de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna.	Pesquisa com abordagem qualitativa e quantitativa, quanto aos fins classifica-se como descritiva.	Os resultados identificaram que a maioria dos agricultores pretende continuar na atividade agrícola, mas observou-se que poucas propriedades familiares têm algum membro com interesse na sucessão da propriedade.

Continua...

Continuação...

<p>“Desigualdade, escolaridade e rendimentos na agricultura, indústria e serviços, de 1992 a 2002” de Hoffmann e Ney, (2004)</p>	<p>Analisar a desigualdade de rendimentos entre pessoas ocupadas na agricultura, no período de 1992 a 2002, comparando-a com a desigualdade na indústria e nos serviços. Além de realizar um estudo comparativo da evolução do nível de escolaridade e de renda em cada um dos três setores.</p>	<p>Dados extraídos da PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.</p>	<p>Pesquisa quantitativa.</p>	<p>Os resultados apontam que, mantido o ritmo de crescimento do nível de escolaridade da população agrícola, observado neste estudo, a educação deve ser um forte obstáculo para o aumento da produtividade e renda nas áreas rurais e para a redução da enorme disparidade de renda entre o setor primário e os setores secundário e terciário.</p>
<p>“Escolaridade nas zonas rurais da região sul” de Paula Jr. (2019)</p>	<p>Analisar o efeito do capital humano situado em zonas rurais dos estados da região Sul sobre a produção de seus principais produtos agrícolas.</p>	<p>A pesquisa utilizou-se dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), Produção Agrícola Municipal (PAM) e Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) para período entre 2001 e 2015</p>	<p>O método empregado na pesquisa foi o de Dados em Painel, no qual o modelo de Efeitos Fixos se mostrou mais adequado</p>	<p>O número de pessoas que possuem no mínimo o ensino médio completo, e que residem e também trabalham em zonas rurais dos estados da região Sul apresentou-se significativamente e positivamente relacionada com a produção dos principais produtos agrícolas da região.</p>
<p>“Enquadramento como “Pessoa Física” traz vantagens tributárias aos pequenos agricultores” de Santos et al. (2019)</p>	<p>Analisar as vantagens e desvantagens do produtor rural ser enquadrado como pessoa física ou pessoa jurídica.</p>	<p>O estudo conta com uma revisão sobre os conceitos de pessoa física e jurídica para agricultores e estudos de casos relatados na literatura, comparando as cargas tributárias incidentes na atividade da pessoa jurídica (pelos regimes do Simples Nacional, Lucro Presumido e Lucro Real) e da pessoa física.</p>	<p>De forma geral, o produtor rural com CNPJ rural ainda é enquadrado como pessoa física e com isso tem facilidades para gerar nota fiscal, tem menor incidência de impostos e vantagens no consumo de água, luz e na compra de veículos. Contudo, dependendo da receita no final de 12 meses, outros enquadramentos podem ser mais vantajosos e é necessário calcular caso a caso.</p>	

Continua...

Conclusão.

<p>“A obrigatoriedade da nota fiscal eletrônica nas operações do agronegócio sob a perspectiva dos produtores rurais de arroz e profissionais de contabilidade em um pequeno município do Rio Grande do Sul” de Milanese e Soares (2018)</p>	<p>Analisar a percepção dos produtores rurais de arroz e dos profissionais de contabilidade de um pequeno município do interior do Rio Grande do Sul, quanto à obrigatoriedade da NFe.</p>	<p>Foram entrevistados 40 produtores rurais que cultivam arroz no município de Restinga Seca/RS e 06 profissionais contábeis que prestam serviços aos produtores da cidade.</p>	<p>Pesquisa qualitativa, de caráter descritivo.</p>	<p>O estudo conclui que a NFe impacta negativamente aos produtores rurais, fortalecendo o papel das cooperativas como fontes de apoio nessa obrigação, enquanto para os profissionais de contabilidade, espera-se que novas exigências possibilitem a expansão de serviços à atividade.</p>
--	--	---	---	---

Fonte: Autoras.

Com base no Quadro 1 observam-se estudos voltados ao meio rural que englobam desde a continuidade da atividade, a escolaridade, aspectos tributários e fiscais, demanda pelo profissional contábil até a permanência no meio rural, temáticas que suportam as análises discorridas posteriormente. Isto posto, encerra-se o referencial teórico. A seguir detalha-se a metodologia desta pesquisa.

3. PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Para a realização deste estudo, diante do objetivo estipulado, a metodologia é classificada quanto à natureza como aplicada, quanto à abordagem do problema como quantitativa, quanto aos objetivos como descritiva, e compreende como técnica de pesquisa a pesquisa de levantamento. A pesquisa é aplicada de modo que objetiva gerar conhecimento para a aplicação prática, visando a solução de problemas específicos (PRODANOV; FREITAS, 2013).

Em relação à abordagem do problema é quantitativa, que para Rodrigues (2006) está relacionada à quantificação, análise e interpretação de dados numéricos obtidos na pesquisa, bem como, quanto à quantificação e representação gráfica desses resultados. No que tange aos objetivos é descritiva, que para Cervo e Bervian (2002), é caracterizada por

observar, registrar, analisar, e correlacionar fatos, procurando descobrir a sua relação e conexão com outros, sua natureza e características.

Quanto aos procedimentos técnicos, o estudo configura uma pesquisa de levantamento, para Moreira e Caleffe (2008) é o tipo de pesquisa descritiva mais comum, e inclui a utilização de questionários, o que justifica tal classificação. A partir da classificação metodológica quanto a natureza, a abordagem, os objetivos e os procedimentos técnicos, necessários para assegurar segurança e confiabilidade metodológica deste estudo, adiante, discorre-se sobre o tratamento dos dados quanto à coleta e à análise.

A população desta pesquisa é composta por pequenos e médios produtores rurais do município de Santa Maria, RS. Segundo a Secretaria de Desenvolvimento Rural do município pesquisado, em março de 2020, havia um total de 4.683 produtores rurais, caracterizados como pequenos e médios produtores rurais. Destaca-se que em Santa Maria não há produtores rurais classificados como grande produtor. Não foi possível estipular destes produtores rurais quantos são cooperados, logo, não se estabeleceu uma amostra mínima a ser coletada (HAIR JR. et al., 2009), por isso, não se espera generalizar os resultados auferidos.

A coleta de dados foi realizada por meio de uma pesquisa com produtores rurais de Santa Maria – RS, no ano de 2020, com a aplicação de questionário. O questionário foi adaptado de Ambrós et al. (2019) e continha questões abertas e fechadas, sendo composto por dois blocos de questões. O primeiro bloco contemplou questionamentos sobre o perfil do respondente. Para fazer parte da amostra pesquisada o produtor rural deveria ser cooperado de alguma cooperativa rural, do agronegócio, sendo esta uma das questões do perfil.

O perfil do respondente levantou informações sobre idade, sexo, estado civil, escolaridade, enquadramento da atividade (pessoa física ou jurídica), tempo na atividade rural e se exerce alguma atividade em paralelo à atividade rural. Ainda se questionou sobre a propriedade rural, se ela era própria, arrendada, parceria, comodato ou condomínio, e, as principais atividades rurais desempenhadas pelos pesquisados. Para identificar os conhecimentos contábil e fiscal dos cooperados, a utilização do profissional contábil e de

outras fontes de assessoramento, e a preparação e o apoio contábil para a NFE utilizou-se o instrumento de Ambrós et al. (2019). O Quadro 2 apresenta as variáveis pesquisadas.

Quadro 2 – Constructos e variáveis pesquisadas

Conhecimentos Contábeis (CC)	
CC1	Tenho conhecimento sobre assuntos contábeis.
CC2	Procuro me atualizar sobre informações contábeis.
CC3	Tenho conhecimento sobre o controle do meu patrimônio e o resultado da minha atividade.
CC4	Ter um contador é algo obrigatório para minha atividade.
CC5	A contabilidade auxilia no controle de entradas e saídas da minha atividade rural.
Conhecimentos Fiscais (CF)	
CF6	Tenho conhecimento sobre como devo obter e arquivar talões de nota fiscal de produtor.
CF7	Tenho conhecimento sobre como preencher a nota fiscal do talão de produtor.
CF8	Tenho conhecimento sobre o Imposto de Renda Pessoa Física para a atividade rural.
CF9	Há incidência de ICMS sobre o valor da produção rural nas notas fiscais.
CF10	Tenho conhecimento sobre a Declaração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural.
Utilização do Profissional Contábil (PC)	
PC11	Um profissional contábil faz a minha declaração de ITR.
PC12	Um profissional contábil faz a minha declaração de Imposto de Renda.
PC13	Procuro um profissional contábil quando tenho dúvidas ou preciso decidir sobre empresa.
PC14	Tenho acompanhamento de um profissional contábil.
PC15	Um profissional contábil controla ou me auxilia em investimentos e financiamentos.
PC16	Um profissional que é da área contábil me assessora nas questões fiscais e tributárias.
Preparação para NFE (PNF)	
PNF1 7	Tenho conhecimento de quando a NFE passará a ser obrigatória para minhas operações.

Continua...

PNF1 8	Tenho computador e internet disponíveis.
PNF1 9	Estou com tudo pronto para atender à exigência da NFE.
PNF2 0	Sei emitir uma NFE para a minha atividade rural.
PNF2 1	Já estou utilizando a NFE.
Apoio Contábil para NFE (ANF)	
ANF2 2	Procurei ou vou procurar um profissional contábil para me auxiliar com a NFE.
ANF2 3	O profissional contábil que trabalha para mim resolverá ou está resolvendo as questões da NFE.
ANF2 4	O contador do órgão que participo (Sindicato, Cooperativa, etc.) me ajuda ou ajudará com a NFE.
ANF2 5	O profissional contábil que auxilia outro produtor rural me ajuda ou ajudará com a NFE.
ANF2 6	Não contarei com o apoio contábil (profissional contábil) para emissão da NFE.
Outras Fontes de Apoio (OFA)	
OFA2 7	Para assuntos fiscais, contábeis ou financeiros busco a cooperativa que participo ou já participei.
OFA2 8	Para assuntos fiscais, contábeis ou financeiros busco o sindicato que participo ou já participei.
OFA2 9	Para assuntos fiscais, contábeis ou financeiros busco um órgão do governo para me auxiliar.
OFA3 0	Um familiar ou amigo que não é da área contábil me assessora nas questões fiscais e tributárias.

Fonte: Adaptado de Ambrós et al. (2019).

As questões do Quadro 2 foram respondidas pelos produtores rurais conforme uma escala Likert, correspondendo a seguinte gradação: 0 = Não se aplica, 1 = Discordo Totalmente, 2 = Discordo Parcialmente, 3 = Indiferente (Não Concordo nem Discordo), 4 = Concordo Parcialmente e 5 = Concordo Totalmente, de acordo com a percepção do respondente diante de cada uma das 30 assertivas que compõem o instrumento.

A coleta de dados ocorreu ao longo do mês de março de 2020, os questionários foram aplicados de modo presencial na Secretaria de Desenvolvimento Rural situada na PMSM, momento em que cada produtor rural foi convidado a participar da pesquisa. Esclarece-se que para a coleta dos dados as pesquisadoras mantiveram total precaução quanto as medidas de proteção vigentes, tendo em vista as circunstâncias impostas pela pandemia do COVID-19 (distanciamento social, uso de máscaras e álcool em gel). As perguntas foram realizadas pelas pesquisadoras de modo individual para cada produtor rural, no intuito de esclarecer dúvidas e obter respostas fidedignas à realidade do pesquisado. O instrumento foi coletado fisicamente, sendo posteriormente tabulado em planilha eletrônica.

A partir da coleta, os questionários foram tabulados no programa Microsoft Office Excel®. Após conferência, foram importados para o software Statistical Package for the Social Sciences® (SPSS), a partir do qual foram realizadas as análises estatísticas. Inicialmente realizou-se a estatística descritiva, com mínimos, máximos, média e desvio padrão. Para o tratamento e análise dos resultados, considerou-se uma padronização da escala para escala de razão de 0 a 100%, os quais são convencionados nas três categorias (Baixa, Moderada e Alta, por exemplo, utilização do profissional contábil). Logo, a padronização ocorreu da seguinte forma: Alta, para média de 66,67% a 100%; Moderada, para média entre 33,34% a 66,66%; e, Baixa, para média de 0 a 33,33% (LOPES, 2016).

Em seguida, para estimar a confiabilidade foi medida a consistência interna por meio do coeficiente Alfa de Cronbach (SAMPLERI, COLLADO e LUCIO, 2013). Para investigar as correlações existentes entre os constructos pesquisados foi adotada a Correlação de Spearman, tendo em vista a não normalidade dos dados apurada por meio do teste Kolmogorov-Smirnov. Para a interpretação das correlações foi adotada a seguinte classificação dos coeficientes de correlação: coeficientes de correlação $<0,4$ (correlação fraca), $>0,4$ a $<0,5$ (correlação moderada) e $>0,5$ (correlação forte) (HULLEY et al., 2003). A partir disso alcançaram-se os

objetivos estabelecidos e respondeu-se o problema de pesquisa levantado. A seguir apresenta-se a análise e discussão dos resultados.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo constam os resultados que foram encontrados a partir da coleta e análise dos dados. Inicialmente apresenta-se a caracterização do perfil dos pesquisados, sendo a amostra composta por produtores rurais de Santa Maria/RS. Em seguida, detalham-se os resultados envoltos aos constructos pesquisados.

4.1 Perfil dos produtores rurais

A amostra foi composta por 55 respondentes, pequenos e médios produtores rurais do município de Santa Maria – RS, cooperados de diferentes cooperativas rurais da região. Destaca-se que todos os respondentes possuíam o talão de produtor rural devidamente emitido pela Prefeitura Municipal de Santa Maria. A Tabela 1 apresenta a faixa etária dos respondentes.

Tabela 1 – Faixa etária dos produtores rurais

IDADE	QUANTIDADE	PERCENTUAL
Menor de 18 anos	0	0%
18 até 30	2	3,6%
31 até 40	7	12,7%
41 até 50	9	16,4%
51 até 60	22	40%
Acima de 60 anos	15	27,3%
TOTAL	55	100%

Fonte: Autoras.

A partir da Tabela 1 percebe-se que a faixa etária predominante dos respondentes é entre os 51 e 60 anos (40%), seguido dos produtores rurais com mais de 60 anos (27,3%). Chama atenção a idade elevada dos pesquisados, o que

associa temas de continuidade da atividade rural e o futuro das propriedades. Fischer, Marini e Filippim (2016) verificaram que a maioria dos agricultores pretende continuar na atividade rural, no entanto, poucas propriedades familiares têm algum membro com interesse na sucessão da propriedade, o que pode justificar esse resultado.

No que se refere ao sexo, a maioria da amostra pesquisada é do sexo masculino (82%, 45 respondentes). A baixa representatividade da mulher no agronegócio corresponde a um reflexo histórico, visto que a figura feminina esteve destituída de seus direitos, sejam civis, políticos ou econômicos, isso resultou em uma dominação e submissão delas, às quais eram determinados papéis sociais, como o cuidado da casa e a tarefa de educar os filhos (SILVA et al., 2019). Atualmente, a participação das mulheres no mercado de trabalho do agronegócio ainda é menor do que na média da economia, mas já se verificam melhorias, visto que a diferença de remuneração entre homens e mulheres é ligeiramente menor no agronegócio do que no restante da economia brasileira (SERIGATI; SEVERO; POSSAMAI, 2018).

Quanto ao estado civil dos pesquisados, a maioria é casada (73%, 40 respondentes), seguido dos solteiros (20%, 11 respondentes) e dos viúvos e divorciados, respectivamente, 3,5% cada. A predominância de casais na atividade rural pode ser motivada pelo desempenho da atividade de modo familiar, na qual o núcleo familiar é responsável pelo processo produtivo, participando de modo compartilhado, da gestão da propriedade (PERES et al., 2019).

Na Tabela 2 é evidenciada a escolaridade dos produtores rurais pesquisados.

Tabela 2 – Escolaridade dos produtores rurais

ESCOLARIDADE	QUANTIDADE	PERCENTUAL
---------------------	-------------------	-------------------

Não estudou	1	1,8%
Ensino fundamental incompleto	17	31%
Ensino fundamental completo	9	16,4%
Ensino médio incompleto	1	1,8%
Ensino médio completo	18	32,7%
Curso técnico em andamento ou concluído	1	1,8%
Curso superior em andamento ou concluído	8	14,5%
TOTAL	55	100%

Fonte: Autoras.

Conforme demonstra a Tabela 2, os respondentes em sua maioria possuem ensino médio completo (32,7%), seguido do ensino fundamental incompleto (31%). A atividade rural apresenta menor nível de escolaridade diante de outros setores da economia, como o setor de serviços e a indústria (HOFFMANN; NEY, 2004). De acordo com Paula Jr. (2019), no agronegócio a baixa escolaridade é uma realidade. Cabe destacar que a produtividade média dos trabalhadores rurais tende a ser maior conforme aumenta sua escolaridade, mesmo que o curso não seja voltado ao agronegócio (PAULA JR., 2019).

Todos os produtores rurais responderam estarem enquadrados como pessoa física. Para Santos et al. (2019) esse enquadramento traz benefícios para os produtores rurais, como facilidades para gerar a nota fiscal, menor incidência de impostos e vantagens no consumo de água, luz e na compra de veículos. Além disso, a maioria dos produtores pesquisados exerce a atividade de produtor rural há mais de 31 anos (60%), conforme verifica-se na Tabela 3.

Tabela 3 – Tempo de atuação na atividade rural

TEMPO DE ATUAÇÃO	QUANTIDADE	PERCENTUAL
------------------	------------	------------

De 6 a 10 anos	3	5,4%
De 11 a 20 anos	9	16,4%
De 21 a 30 anos	10	18,2%
Mais de 31 anos	33	60%
TOTAL	55	100%

Fonte: Autoras.

De modo geral, a partir da Tabela 3, percebe-se que 75% da amostra pesquisada têm mais de 20 anos de atuação na atividade rural, o que também pode estar relacionado à elevada idade dos produtores rurais. Nenhum dos produtores pesquisados ingressou na atividade rural nos últimos cinco anos.

Quanto à propriedade rural, 29 (52,7%) produtores rurais responderam ter propriedade própria; 8 (14,5%), arrendada; e 13 (23,6%), responderam ter propriedade rural nas duas formas, própria e arrendada. O restante respondeu que a propriedade rural é em comodato, parceria, própria e comodato, arrendada e comodato, ou arrendada e parceria. Esses resultados reforçam as distintas modalidades de uso da terra na atividade rural, conforme elencam Crepaldi (2019), Marion (2017) e Rodrigues et al. (2016).

No que se refere a exercer outra atividade em paralelo à atividade rural, verificou-se que 92% dos produtores rurais exercem somente a atividade rural e os outros 18% exercem outra atividade além da rural. A fragilização econômica e social das comunidades rurais pode fazer com que produtores rurais busquem por complementação de sua renda, por meio de um vínculo empregatício, por exemplo, junto à indústria, ao comércio ou à cooperativa (TERNOSKI; PERONDI; NYCHAI, 2019), o que pode motivar o resultado de produtores rurais que exercem outras atividades além da rural, conforme evidenciado.

Dentre as atividades rurais desempenhadas a pecuária é a principal atividade exercida pelos produtores rurais pesquisados. Essa atividade é seguida pelas culturas da soja e do arroz. A expansão da pecuária no Rio Grande do Sul e no Brasil é motivada pela ampliação das exportações para países como a China (ABIEC, 2019).

Para Aurélio Neto (2018), o Brasil apresenta competitividade no comércio internacional de carnes, tendo ainda potencial para ampliar a sua participação no mercado mundial. Em 2018, o país se consolidou como o maior exportador mundial de carne bovina (ABIEC, 2019).

Além da pecuária, a cultura da soja é destacada dentre as atividades desempenhadas pelos produtores rurais pesquisados. O Brasil destaca-se por estar entre os maiores produtores de soja do mundo (EMBRAPA, 2018). De acordo com o Ministério da Agricultura (2019), o Brasil é o segundo maior produtor de grãos de soja do mundo e o primeiro em relação à exportação deste produto. Para Crepaldi (2019), a agricultura tem papel de relevância no desenvolvimento do Brasil e entre os principais produtos de exportação está a soja. As culturas de arroz e milho também são cultivadas pelos produtores rurais pesquisados. Salienta-se que, de modo geral, houve redução junto à atuação dessas culturas, principalmente substituídas pela soja e pela pecuária. Conforme a Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB (2020), ambas culturas apresentaram redução na área e na produção na safra 2019/2020.

Além disso, verificou-se que aproximadamente 56% da amostra pesquisada exerce mais de uma atividade rural, demonstrando a prevalência de multiculturas, o que pode ser justificado pelos riscos que prevalecem neste meio. Schmidt et al. (2019) elencam fatores como a perecibilidade, sazonalidade de oferta, susceptibilidade climática, variabilidade de preços, dentre outros fatores, que interferem na execução da atividade rural e incentivam a diversificação das culturas.

De modo geral a amostra pesquisada é caracterizada por homens (82%), com mais de 50 anos (67,3%), casados (73%), com ensino médio completo (32,7%), que exercem somente a atividade rural (92%), há mais de 31 anos (54%), sob a forma de pessoa física, em propriedade rural própria (52,7%), que são cooperados de alguma cooperativa da região e que tem como principal atividade rural a pecuária e a soja.

4.2 Análise descritiva

A análise descritiva contemplou 30 variáveis distribuídas em seis constructos do instrumento adaptado de Ambrós et al. (2019). Essa estatística considerou as pontuações mínima, máxima, média, razão e desvio padrão obtidas nas 55 respostas. Inicialmente realizou-se a análise descritiva para as variáveis, apresentada na Tabela 4.

Tabela 4 – Estatística descritiva das variáveis

Var.	Mínimo	Máximo	Mediana	Média	Razão	Desvio Padrão
CC1	1,00	5,00	2,00	2,3455	Moderada	1,55418
CC2	1,00	5,00	1,00	2,1091	Moderada	1,40992
CC3	1,00	5,00	5,00	4,5091	Alta	,69048
CC4*	2,00	5,00	5,00	4,8364	Alta	,63139
CC5	1,00	5,00	1,00	1,4909	Baixa	1,06931
CF6	1,00	5,00	5,00	4,8000	Alta	,70448
CF7	1,00	5,00	5,00	4,3273	Alta	1,24803
CF8	1,00	5,00	3,00	2,8727	Moderada	1,12307
CF9	1,00	5,00	3,00	3,1273	Moderada	,69534
CF10	1,00	5,00	3,00	3,2182	Moderada	1,08339
PC11	1,00	5,00	4,00	3,1455	Moderada	1,92852
PC12	1,00	5,00	5,00	3,2727	Moderada	1,93845
PC13	1,00	5,00	2,00	2,6000	Moderada	1,67332
PC14	1,00	5,00	1,00	2,4182	Moderada	1,61808
PC15	1,00	5,00	1,00	1,6364	Baixa	1,02494
PC16	1,00	5,00	2,00	2,8000	Moderada	1,84992
PNF17	1,00	5,00	5,00	4,0182	Alta	1,45921
PNF18	1,00	5,00	5,00	3,6727	Alta	1,70027
PNF19	1,00	5,00	1,00	1,7091	Moderada	1,14944
PNF20	1,00	5,00	1,00	1,3091	Baixa	,94031
Continua...						
Conclusão.						
PNF21	1,00	5,00	1,00	1,4364	Baixa	1,16688

ANF22	1,00	5,00	2,00	2,7455	Moderada	1,60114
ANF23	1,00	5,00	2,00	2,3273	Moderada	1,58762
ANF24	1,00	5,00	4,00	3,7818	Alta	1,54789
ANF25	1,00	5,00	1,00	1,0909	Baixa	,55353
ANF26	1,00	5,00	4,00	3,0545	Moderada	1,41968
OFA27	1,00	5,00	1,00	2,4182	Moderada	1,65206
OFA28	1,00	5,00	5,00	4,1091	Alta	1,60638
OFA29	1,00	5,00	2,00	2,7091	Moderada	1,59481
OFA30	1,00	5,00	1,00	2,4727	Moderada	1,69809

N válido (listwise): 55.

* Questão negativa, inversão da escala para análise.

Fonte: Autoras.

Ao analisar a Tabela 4 percebe-se que as pontuações máximas foram observadas em todas as variáveis, ou seja, a pontuação de cinco pontos foi verificada em alguma resposta dos produtores rurais cooperados. Já, quanto às pontuações mínimas a variável CC4* foi a única que não atingiu um ponto, sendo que está assertiva questiona se ter um contador é algo obrigatório para a atividade do respondente. Para a análise houve a necessidade de inverter a escala, visto que para os pequenos e médios produtores rurais não há obrigatoriedade quanto a utilização de um profissional contábil o que explica o fato desta assertiva não ter atingido a pontuação mínima.

Referente as médias e razão obtidas, pode-se destacar as assertivas ANF25 que buscou verificar se o profissional contábil que auxilia outro produtor rural auxiliará ou está auxiliando o produtor sobre a NFE e, a assertiva PNF20, que questiona se o produtor rural sabe emitir a NFE para a sua atividade, estas assertivas apresentaram uma média de 1,09 e 1,30, respectivamente, o que evidencia que os produtores rurais apresentam um baixo conhecimento a respeito destas assertivas.

Em contrapartida, as assertivas das quais os produtores apresentaram um alto nível de conhecimento, maior média (4,83) foi a CC4 que se refere à questão de se ter um contador é algo obrigatório para a atividade do respondente, que com base na inversão das respostas para análise, entende-se que os respondentes entendem que o profissional contábil não é obrigatório para a sua atividade. Ainda, pode-se destacar a assertiva CF6 que apresentou uma média de 4,80 e evidenciando que os produtores têm conhecimento sobre como deve obter e arquivar os talões de nota fiscal de produtor, o que vai ao encontro dos achados de Ambrós et al. (2019), que também evidenciaram que os agricultores sabem como obter e arquivar os talões.

De forma complementar, observa-se a assertiva OFA27 que buscou verificar se os produtores rurais costumam procurar a cooperativa da qual está vinculado como fonte de apoio para assuntos fiscais, contábeis ou financeiros, que obteve uma média de 2,41, representando a menor média em relação as outras fontes de assessoramento, o que pode evidenciar uma oportunidade para as cooperativas prestarem assessoria técnica para seus cooperados quanto aos aspectos contábeis e fiscais.

A assertiva OFA28 reforça essa oportunidade para as cooperativas, uma vez que identifica que os produtores costumam buscar apoio para assuntos fiscais, contábeis junto ao sindicato e, em Santa Maria o sindicato não oferece a assessoria de um contador aos seus filiados. Desta forma observa-se nestas assertivas uma lacuna para os produtores rurais, que pode ser uma oportunidade para as cooperativas ampliarem o seu papel de assessoramento aos cooperados. Tais resultados são reforçados pelas medianas das assertivas.

Por fim, observa-se o desvio padrão que é uma medida que evidencia a uniformidade das respostas obtidas em cada uma das assertivas. Ao observar a Tabela 4, verifica-se o menor desvio padrão (0,55) na assertiva que questiona a utilização do profissional contábil como fonte de auxílio para emissão da NFE, o que evidencia que a assertiva obteve maior uniformidade nas respostas, o que

pode ser caracterizado pelo fato de, até o presente momento, os produtores rurais não estão obrigados a emissão da NFE.

Já, a assertiva que apresentou menor uniformidade de respostas, ou seja, obteve um maior desvio padrão (1,84), diz respeito a utilização do profissional da área contábil para prestação de assessoramento nas questões fiscais e tributárias, que demonstra heterogeneidade das respostas, justificado pelo fato da utilização do profissional contábil não ser obrigatória, mesmo assim houve boa representatividade de respondentes que utilizem.

Na Tabela 5 consta a estatística descritiva dos constructos.

Tabela 5 – Estatística descritiva dos constructos

Constructos	Mediana	Média	Razão	Desvio Padrão
Conhecimento Contábil (CC)	2,80	3,0582	Moderada	,73098
Conhecimento Fiscal (CF)	3,80	3,6691	Alta	,65684
Utilização do Profissional Contábil (PC)	2,67	2,6454	Moderada	1,46407
Preparação para NFE (PNF)	2,40	2,4291	Moderada	,92730
Apoio para NFE (ANF)	2,60	2,6000	Moderada	,49591
Outras Fontes de Apoio (OFA)	3,00	2,9271	Moderada	,84404

Fonte: Autoras.

Diante da Tabela 5, percebe-se que para o desvio padrão o maior valor ocorreu em PC demonstrando heterogeneidade nas respostas sobre a utilização do profissional contábil, enquanto, o menor foi auferido para ANF, evidenciando homogeneidade nas respostas sobre apoio para NFE. Ao analisar média e razão observa-se que CF auferiu pontuação alta, apontando que os produtores afirmam terem conhecimento fiscal, os demais constructos foram considerados em razão moderada. Os resultados obtidos pela média foram corroboram com os valores da

mediana, que também aponta CF com alto valor. A seguir, a Tabela 6 detalha a razão dos constructos com base nos resultados individuais dos respondentes.

Tabela 6 – Detalhamento da razão

Constructos	Baixo	Percentual	Moderado	Percentual	Alto	Percentual	Total	Total
CC	0	0%	37	67,3%	18	32,7%	55	100%
CF	0	0%	14	25,5%	41	74,5%	55	100%
PC	23	41,8%	9	16,4%	23	41,8%	55	100%
PNF	12	21,8%	37	67,3%	6	10,9%	55	100%
ANF	1	1,8%	52	94,6%	2	3,6%	55	100%
OFA	5	9,1%	29	52,7%	21	38,2%	55	100%

Fonte: Autoras.

Com base nos resultados da Tabela 6 percebe-se que em relação ao constructo de CC, 67,3% dos produtores rurais pesquisados apresentaram um moderado grau de conhecimento. Já, em relação ao conhecimento fiscal, observa-se que a maior parte dos pesquisados, 74,5%, apresenta um alto grau de conhecimento.

Quanto ao constructo de PC, observa-se um percentual de 41,8% tanto para um nível baixo quanto alto, evidenciando a heterogeneidade mencionada no desvio padrão. Por fim, em relação aos constructos de preparação e apoio para a NFE e outras fontes de apoio, observa-se a maior parte dos respondentes apresenta um grau moderado de conhecimento, 67,3%, 94,6% e 52,7% respectivamente. Esse detalhamento reforça os achados da média apresentados na Tabela 5.

Em seguida mensurou-se o Alfa de Cronbach que resultou em $\alpha = 0,825$. O valor desse coeficiente pode variar de 0 a 1, sendo que, quanto mais próximo de 1, melhor a confiabilidade, pois, maior será a consistência interna do instrumento (HAIR JR. et al., 2009). Diante disso, considera-se que o resultado obtido é confiável.

Para analisar as associações, por conseguinte, utilizou-se da Correlação de Spearman, no intuito de averiguar possíveis associações entre os conhecimentos contábil e fiscal e a utilização do profissional contábil ou a utilização de outras fontes de apoio; e a associação entre preparação e apoio para a NFE com a utilização do profissional contábil ou outras fontes de assessoramento. A Tabela 7 demonstra esses resultados.

Tabela 7 – Associação entre conhecimentos, preparação para NFE e fontes de assessoramento

Constructos	CC	CF	PC	PNF	ANF	OFA
CC	1,000					
CF	,563**	1,000				
PC	,590**	,495**	1,000			
PNF	,250	,274*	,391**	1,000		
ANF	,157	,098	,434**	,156	1,000	
OFA	-,210	-,184	-,107	-,033	,360**	1,000

** . A correlação é significativa no nível 0,01 (bilateral).

* . A correlação é significativa no nível 0,05 (bilateral).

Fonte: Autoras.

A partir da Tabela 7 verifica-se associação forte entre os conhecimentos contábil e fiscal (,563) (HULLEY et al., 2003), significativa a 1%, logo, existem 99% de chances de correlação entre CC e CF. Esse resultado indica que os produtores que afirmam terem conhecimento contábil também apresentam conhecimento fiscal. Ao aprofundar a análise, para os produtores rurais cooperados que afirmam terem conhecimento contábil e fiscal verificou-se associação com a utilização do profissional da contabilidade. Isso é evidenciado pelas correlações

entre CC e PC (,590) e entre CF e PC (,495), associações, respectivamente, forte e moderada (HULLEY et al., 2003), ao nível de significância de 1%. O contrário também é válido, se o produtor afirma não ter conhecimento contábil e fiscal, ele tende a não utilizar o profissional da contabilidade.

Outra correlação moderada ocorreu entre PC e ANF (,434), ao nível de significância de 1%, evidenciando que para esses cooperados o profissional contábil é visto como um apoio para a NFE e não as outras fontes de assessoramento, como a cooperativa. Em seu estudo, Milanese e Soares (2018) demonstraram que os produtores rurais concordam que devem procurar um contador para esclarecer suas dúvidas, o que reforça a importância do profissional contábil no campo do agronegócio.

Correlações fracas ($<0,4$) resultaram nas associações entre a PNF e CF, e entre, PNF e PC, respectivamente, ,274 e ,391, com significância de 5% para a primeira associação e 1% para a segunda. Isso demonstra que quanto aos assuntos relacionados à NFE a busca por um profissional contábil é superior à outras fontes de assessoramento, visto que a associação entre ANF e OFA apresentou resultado menor (,360).

Além disso, quando se trata da emissão de documento fiscal como a NFE evidencia-se associação entre conhecimento fiscal e preparação para emissão da NFE. Milanese e Soares (2018) afirmam que os produtores rurais concordam que o profissional de contabilidade é indicado para prestar assessoria ao produtor rural quanto às questões fiscais e tributárias, o que pode reforçar a preferência pela busca do profissional contábil como fonte de assessoramento para as questões relativas à emissão da NFE.

No intuito de esmiuçar as análises de associação dos constructos CC, CF, PC, PNF, ANF e OFA, correlacionou-se junto a estes, variáveis do perfil dos produtores rurais. A Tabela 8 apresenta os resultados dessa associação.

Tabela 8 – Perfil e conhecimentos, preparação para NFE e fontes de assessoramento

Perfil/Constructos	CC	CF	PC	PNF	ANF	OFA
Idade	-,200	-,119	-,021	-,198	,178	,177
Sexo	-,014	-,030	-,099	-,188	-,127	-,034
Estado Civil	-,076	,009	-,124	-,223	-,003	,078
Escolaridade	,487**	,387**	,299*	,333*	-,161	-,212
Tempo de Atuação	-,132	-,055	-,243	-,115	,095	,242

** . A correlação é significativa no nível 0,01 (bilateral).

* . A correlação é significativa no nível 0,05 (bilateral).

Fonte: Autoras.

Com base na Tabela 8 observa-se que para o perfil foram consideradas as variáveis de idade, sexo, estado civil, escolaridade e tempo de atuação na atividade rural dos produtores rurais pesquisados. Pelo teste de correlação realizado infere-se que não incorreram correlações fortes (HULLEY et al., 2003). As correlações foram positivas, significativas (1% e 5%) moderada e fracas. Ocorreram correlações significativas entre CC e escolaridade (,487), CF e escolaridade (,387), PC e escolaridade (,299) e entre PNF e escolaridade (,333).

Essas correlações demonstram que o nível escolar dos produtores rurais é uma variável relevante quanto ao conhecimento contábil e fiscal, preparação para a NFE e utilização do profissional contábil. Segundo Paula Jr. (2019), a baixa escolaridade no agronegócio é uma realidade. O autor destaca ainda, que quanto maior a escolaridade dos produtores rurais maior será a sua produtividade, mesmo que o curso não seja voltado ao agronegócio (PAULA JR., 2019). Assim sendo, pode-se inferir, que quanto maior a escolaridades dos produtores rurais, maior o conhecimento e maior é a utilização pelos serviços de um profissional da contabilidade.

5 CONCLUSÃO

O presente estudo teve como objetivo analisar a associação entre a utilização do profissional contábil ou de outras fontes de assessoramento diante dos conhecimentos contábil e fiscal de produtores rurais cooperados. Para o cumprimento deste objetivo, utilizou-se um questionário destinado a verificar os conhecimentos contábil e fiscal dos

cooperados, a utilização do profissional contábil e de outras fontes de assessoramento, e a preparação e o apoio contábil para a NFE, adaptado de Ambrós et al. (2019).

Inicialmente apresentou-se o perfil dos produtores rurais pesquisados, momento em que se identificou que do total de 55 produtores rurais, no geral, a amostra possui idade entre 51 e 60 anos, sendo 82% do sexo masculino. Quanto ao nível de escolaridade, 32,70% dos produtores completaram o ensino médio e 31% possuem o ensino fundamental incompleto. Quando questionados a respeito do tempo de atuação na atividade rural, 75% dos respondentes afirmaram ter mais de 20 anos de atuação e 92% declararam se dedicarem exclusivamente a esta atividade. Destaca-se que, os respondentes são cooperados de alguma cooperativa da região e tem como principal atividade rural a pecuária, a soja e o arroz.

Em seguida buscou-se verificar os conhecimentos contábil e fiscal dos produtores rurais cooperados e identificar a utilização dos serviços do profissional contábil e de outras fontes de assessoramento por parte dos mesmos. Os resultados apontam que os produtores utilizam o profissional contábil em razão moderada, enquanto para outras fontes de assessoramento os produtores recorrem ao sindicato, evidenciando oportunidade de atuação para as cooperativas.

De maneira geral, observou-se que os respondentes não possuem conhecimento quanto a obrigatoriedade de emissão da NFE. O despreparo demonstrado pelos produtores rurais pode ser consequência de estarem desatualizados no que diz respeito às questões contábeis e fiscais, reflexo da não obrigatoriedade de assessoramento por um profissional contábil. Além disso, esse resultado pode estar associado ao baixo grau de escolaridade e idade avançada dos pesquisados o que pode contribuir para tal dificuldade.

Por fim, ao associar conhecimentos contábil e fiscal e a preparação e apoio para a NFE com as fontes de assessoramento, percebe-se associações significativas positivas entre os conhecimentos contábil e fiscal e entre a utilização do profissional contábil. Para as associações com o perfil evidenciou-se associações significativas entre

escolaridade e conhecimentos contábil, fiscal, utilização do profissional contábil e preparação para NFE.

No que diz respeito às contribuições, academicamente a pesquisa pode inspirar outros pesquisadores a aprofundarem os estudos sobre conhecimentos junto a atividade rural, demanda dos serviços contábeis e demais fontes de assessoramento em áreas em que há ausência da obrigatoriedade do profissional contábil. De modo prático, esta pesquisa visa incentivar e demonstrar a relevância da atividade rural como um nicho de mercado favorável para a atuação do profissional contábil, seja de forma autônoma ou por meio das cooperativas das quais os produtores rurais estão vinculados.

O cooperativismo é tido como um suporte aos pequenos e médios produtores rurais no que diz respeito à comercialização de suas safras, agregar conhecimento contábil às cooperativas e produtores pode ser um diferencial competitivo, uma vez que, por meio de suas informações, o produtor rural pode produzir mais, além de gerir sua propriedade, acompanhando a evolução e controle patrimonial e de resultados.

O estudo limitou-se a um recorte transversal, compreendendo um único período analisado, bem como, considerou apenas produtores rurais de Santa Maria, RS, classificados como pequenos e médios produtores e que estivessem necessariamente vinculados a uma cooperativa rural. Além disso, limitou-se a uma abordagem quantitativa, com a aplicação de questionário para coleta de dados e análise estatística envolvendo estatística descritiva e correlação considerando as variáveis e constructos pesquisados.

Para estudos futuros sugere-se dar continuidade a pesquisa de modo longitudinal, acompanhando a evolução das demandas e das fontes de assessoramento contábil junto aos produtores rurais cooperados. Inspira-se a comparação dos resultados aqui obtidos, dos produtores rurais cooperados, com aqueles que não estão vinculados a uma cooperativa rural, no intuito de verificar se há diferença e averiguando o papel da cooperativa enquanto suporte aos seus cooperados.

Estimula-se que o estudo seja replicado em outros municípios e regiões do país. Também, recomenda-se realizar outros testes estatísticos, no intuito de complementar os achados aqui encontrados. Além disso, incentiva-se a realização de uma pesquisa qualitativa que possa aprofundar e esclarecer a discussão dos resultados aqui apresentados. Por fim, outras variáveis e constructos podem ser considerados, como a permanência dos jovens no meio rural, a sucessão familiar rural e a importância do papel das cooperativas como suporte no processo de tomada de decisão no meio rural.

REFERÊNCIAS

- AMBRÓS, V. A. B. et al. Demanda não obrigatória pelo profissional contábil: uma análise no ambiente dos produtores rurais. *Contabilometria – Brazilian Journal of Quantitative Methods Applied to Accounting*, Monte Carmelo, v. 6, n. 1, p. 104-121, jan-jun./2019.
- ANDRADE, A. de M. Ações de cooperativas rurais: a experiência da Coopersabor em Monte Santo - Território do Sisal – BA. 2019. 57 f. TCC (Graduação) - Curso de Engenharia Agrônoma, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cruz das Almas, 2019.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE INDÚSTRIAS EXPORTADORAS DE CARNES (ABIEC). Brasília, DF. Disponível em: <http://www.abiec.com.br/Habilitacoes.aspx>. Acesso em: 20 nov. 2020.
- AURÉLIO NETO, O. O Brasil no mercado mundial de carne bovina: análise da competitividade da produção e da logística de exportação brasileira. *Ateliê Geográfico*. Goiânia-GO, v. 12, n. 2, ago, p. 183-204, 2018.
- BIALOSKORSKI, S. N. Economia e Gestão de organizações cooperativas. São Paulo: Saraiva, 2012.
- CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. Metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2002.
- COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CNA). Produção de grãos pode alcançar novo recorde com 248 milhões de toneladas. *Notícia*. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/ultimas-noticias/3210-producao-de-graos-pode-alcancar-novo-recorde-com-248-milhoes-de-toneladas>. Acesso em 17 ago. 2020.
- COSTA, D. R. M. Propriedade e decisões de gestão em organizações cooperativas agropecuárias brasileiras. Tese de Doutorado. EESP – FVG, São Paulo-SP, Brasil, 2010.
- CREPALDI, A. S. Contabilidade rural: uma abordagem decisória. 9. ed. SP: Atlas, 2019.
- DIAS, E. C.; ANDRADE, M. T. A.; GOMES FILHO, A. S. Contabilidade rural: um estudo com pequenos produtores rurais do Sítio Barra no Município de Orós, CearáBrasil. *Id on Line Rev. Mult. Psic.* v. 13, n. 43, p. 164-174, 2019.

DUTRA, A. S.; MACHADO, J. A. D.; RATHMANN, R. Alianças estratégicas e visão baseada em recursos: um enfoque sistêmico do processo de tomada de decisão nas propriedades rurais. 2008.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA). Soja. 2018. Disponível: <https://www.embrapa.br/soja/cultivos/soja1>. Acesso em: 17 dez. 2020

ENGEL, V.; ALMEIDA, G. G. F. de; DEPONTI, C. M. Agricultura familiar no contexto das cooperativas rurais: o caso da Ecocitrus. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, p. 59-81, abr. 2017.

FERREIRA, G. M. V.; ARBAGE A.P. Governança e sua relação com a fidelidade em cooperativas. Porto Alegre: Buqui, 2016.

FISCHER, A.; MARINI, D.; FILIPPIM, E. S. Perspectivas de Agricultores Familiares para a Permanência na Atividade Rural. Espacios, v. 37, n. 7, 2016.

FONSECA, R. A., et al. Contabilidade rural no agronegócio brasileiro. Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, 12, 1-12. 2015.

GHIDINI, T.; MACIEL, M. C. A importância do cooperativismo para a produção familiar dos assentamentos rurais da região de Fraiburgo-SC. X Micti e III IFCultura - Instituto Federal Catarinense. Camboriú. 2017.

HAIR JR., J. F. et al. Análise multivariada de dados. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.

HIPPLER, D.; SPAREMBERGER, A. Estratégias para a fidelização dos associados no fortalecimento dos negócios no cooperativismo agropecuário: um estudo multicascos. Artigo (MBA em Gestão de Cooperativas). Universidade Regional do Noroeste do Estado do RS, Ijuí, 2018.

HOFFMANN, R.; NEY, M. G. Desigualdade, escolaridade e rendimentos na agricultura, indústria e serviços, de 1992 a 2002. Economia e Sociedade, Campinas, v. 13.2, n. 23, p. 51-79, 2004.

HULLEY, S. B. et al. Delineando a pesquisa clínica: uma abordagem epidemiológica. 2. ed. Porto Alegre: Editora Artmed; 2003.

JACQUES, E. R.; GONÇALVES, F. de O. Cooperativas de Crédito no Brasil: evolução e impacto sobre a renda dos municípios brasileiros. Economia e Sociedade, v. 25, n. 2, p. 489-509, 2016.

KRUGER, S. D.; MAZZIONI, S.; BOETTCHER, S. F. A importância da contabilidade para a gestão das propriedades rurais. In: Anais do Congresso Brasileiro de Custos-ABC. 2009.

LIMA, A. de O. A Contabilidade nas Sociedades Cooperativas e nas Sociedades Empresárias. Revista Eletrônicas de Contabilidade, v. 2, n. 3, p. 27, 2005.

LOPES, L. F. D. Métodos quantitativos. Ed. 1. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2016.

MAFFIOLETTI, E. U. As sociedades cooperativas e o regime jurídico concursal: a recuperação de empresas e falências, insolvência civil e liquidação extrajudicial e a empresa cooperativa. Editora: Almedina, 2015.

MARION, J. C. Contabilidade rural: contabilidade agrícola, contabilidade da pecuária, imposto de renda – pessoa jurídica. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MELO, T. G. de; SCOPINHO, R. A. Políticas públicas para os assentamentos rurais e cooperativismo: entre o idealizado e as práticas possíveis. Soc. estado., Brasília, v. 33, n. 1, p. 61-84, Apr. 2018.

MILANESI, F.M.; SOARES, C. S. A obrigatoriedade da nota fiscal eletrônica nas operações do agronegócio sob a perspectiva dos produtores rurais de arroz e profissionais de contabilidade em um pequeno município do Rio Grande do Sul. VIII Simpósio de Contabilidade e Finanças de Dourados SICONF, 2018.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. Agropecuária brasileira em números. 2019. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/politica-agricola/agropecuaria-brasileira-em-numeros>. Acesso em: 23 out. 2020.

MOREIRA, H.; CALEFFE, L. G. Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparino, 2008.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILERAS. Ramos. Disponível em: <https://www.ocb.org.br/ramos>. Acesso: 15 de ago. 2020

PAULA JR., A. de. Escolaridade nas zonas rurais da região sul. Espaço e Economia, v. 16, 2019.

PEREIRA, F. G. B. Contabilidade de sociedades cooperativas: uma análise da importância da contabilidade para a ascensão do cooperativismo de crédito em Rondonópolis-MT. 57 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) – Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Rondonópolis, 2020.

PERES, A. F. et al. Atividade leiteira e mão de obra familiar: o trabalho e os riscos à saúde do homem do campo no sul do Brasil. Revista Saúde e Meio Ambiente – RESMA, v. 9 n. 2, 2019.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. ver. e ampl. Rio Grande do Sul: FEEVALE. 2013.

RODRIGUES, A. de J. Metodologia científica. 1. ed. São Paulo: Avercamp, 2006.

RODRIGUES, A. O. et al. Contabilidade rural. 4. ed. São Paulo: IOB SAGE, 2016.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. del P. B. Metodologia de pesquisa. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SANTOS, F. F. et al. Enquadramento como “Pessoa Física” traz vantagens tributárias aos pequenos agricultores. PUBVET. v. 13, n. 9, a. 420, p. 1-10, Set., 2019.

SANTOS, M. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SCHMIDT, D. et al. Os Impactos das Variações de Preço nas Culturas de Soja e Milho. ABCustos, São Leopoldo: Associação Brasileira de Custos, v. 14, n. 3, p. 56-86, set./dez., 2019.

SERIGATI, F.; SEVERO, K.; POSSAMAI, R. A inserção das mulheres no agronegócio. Agroanalysis. Abr. 2018.

SILVA, B. I. B. M. et al. Produção da Psicologia no Brasil sobre mulheres rurais: revisão sistemática. Arq. bras. psicol., Rio de Janeiro, v. 71, n. 2, p. 163-178, 2019.

SILVA, F. D. da. Cooperativismo rural e territorialização: a intervenção da COOPAMAB no território Maciço de Baturité do Ceara. 2016. 66 f. TCC (Graduação) - Curso de Agronomia, Instituto de Desenvolvimento Rural, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, Ceará, 2016.

TERNOSKI, S.; PERONDI, M. A.; NYCHAI, L. Estratégias de formação e concentração de renda na agricultura familiar: Uma análise comparativa de duas comunidades rurais da Região Centro-Sul do Paraná. Anais do Seminário Int. sobre Desenvolvimento Regional. 2019.

ZANCHET, A.; FRANCISCHETTI JR., S. C. Perfil Contábil-Administrativo dos Produtores Rurais e a Demanda por Informações Contábeis. Ciências Sociais Aplicadas em Revista, Paraná, v. 6, n. 11, p. 1-18, 2006.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

1- Lizana Ilha da Silva

Especialista em contabilidade pública e docência no ensino superior, bacharela em Ciências Contábeis, professora substituta no Colégio Politécnico da UFSM.

<https://orcid.org/0000-0002-0448-9769> • lizanailha@hotmail.com

Contribuição: Autora

2- Cristiane Krüger

Professora do Curso de Ciências Contábeis, Doutora em Administração.

<https://orcid.org/0000-0002-7774-2227> • cristiane.kruger@ufsm.br

Contribuição: Coautora

COMO CITAR O ARTIGO

SILVA, L. I.; KRÜGER, C. Produtores rurais cooperados: conhecimentos contábil e fiscal e as fontes de assessoramento contábil. Revista de Gestão e Organizações Cooperativas, Santa Maria, V.9, N.17, p. 1 – 34, 2022. DOI 10.5902/2359043261382